

A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade

The procedural family: Thinking about the filiation and transmission in contemporary times

La familia procesal: Pensando la filiación y la transmisión en la contemporaneidad

Andrea Máris Campos Guerra*

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Jacqueline de Oliveira Moreira**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Amanda Lessa Malta***

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Leandro Galhardo****

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

As mudanças societárias nos modos e costumes referentes às composições familiares suscitam novos questionamentos acerca de como a filiação e a transmissão operam atualmente no interior das "novas" configurações familiares. Desenvolve-se, através da análise das Narrativas Memorialísticas de jovens moradores de periferia, envolvidos ou não com a criminalidade, a hipótese de que a família contemporânea opera seu espaço de transmissão através de uma lógica processual continuísta na qual não há mais um núcleo articulador e gerador de unidade semântica. Dessa forma, a transmissão acontece pela composição de diferentes lógicas que, em continuidade processual, incidem sobre o objeto de desejo a partir de seu ponto de impossibilidade de tradução.

Palavras-chave: família, juventude, criminalidade, processualidade, contemporaneidade.

ABSTRACT

The societal changes concerning the modes and customs related to family compositions raise new questions in terms of how filiation and transmission operate nowadays within "new" family configurations. Through the analysis of the narrative memoirs of slum-dwelling youths in Brazil, who have and who have not been involved in criminal activities, the hypothesis developed in this article claims that the contemporary family operates its space of transmission through a processual continuist logic in which there is no longer

an articulating core that could generate semantic unit. Thus, transmission happens through the composition of different logics that, in a processual continuity, affect the object of desire from its point of impossibility of translation.

Keywords: family, youth, criminality, procedurality, contemporaneity.

RESUMEN

Los cambios sociales en los modos y las costumbres referentes a las composiciones familiares suscitan nuevos cuestionamientos acerca de cómo la filiación y la transmisión operan en la actualidad en el interior de las "nuevas" configuraciones familiares. Se desarrolla, a través del análisis de las Narrativas Memorialísticas de jóvenes residentes de periferias involucrados o no con la criminalidad, la hipótesis de que la familia contemporánea opera su espacio de transmisión a través de una lógica procesal continuista en la que ya no hay un núcleo articulador y generador de unidad semántica. De esta forma, la transmisión sucede por la composición de diferentes lógicas que, en continuidad procesal, inciden sobre el objeto de deseo a partir de su punto de imposibilidad de traducción.

Palabras-clave: familia, juventud, criminalidad, procesualidad, contemporaneidad.

Pós-modernidade, Discurso Científico e Novos Arranjos Familiares

As transformações históricas determinam e influenciam os modos de existência humana. As formas de organização do mundo pós-moderno produzem efeitos diretos sobre as configurações familiares, mas também realizam uma alteração na forma de abordá-la, sobretudo, pelas transformações da própria ciência nesse contexto. Podemos dizer que a pós-modernidade contém determinadas características que sustentam uma sociedade baseada no efêmero, na sedução, na velocidade e no movimento, com alto grau de fragmentação, pluralismo e individualismo (Harvey, 1992). Essas características se refletem na ciência, que é um dos eixos de sustentação do pensamento moderno, abalando seus paradigmas.

Pesquisas conduzidas pela lógica da racionalidade, em geral, dissociam a produção de conhecimento da realidade, separam o sujeito e o objeto e negam a complexidade e o poder, pontos importantes para abordar a relação da família com os adolescentes envolvidos com a criminalidade.

Autores, como Morin (1983), buscam na força do pensamento pós-moderno da ciência elementos para atender às questões da diversidade e da complexidade de nosso tempo. A confiança modernista no indivíduo racional como princípio organizador da sociedade é substituída por um esforço relacional e interativo, possibilitando a compreensão da ordem social e abrindo-se para o heterogêneo e o plural. Já Stengers (1990) elucida a dimensão do poder e das hierarquias no interior do processo de construção da

verdade, indicando que o protocolo como razão operatória deixa de lado os mecanismos em jogo na própria constituição dos fenômenos analisados.

Em outra perspectiva, Santos (2002) analisa a crise do modelo científico dominante destacando, dentre outros aspectos, o social. Segundo o autor, o que a ciência ganhou em rigor das últimas décadas do século XX, perdeu em capacidade de autorregulamentação. As ideias de autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento findaram com o fenômeno global da industrialização da ciência. É notório que a industrialização possui compromisso com os centros de poder econômico, social e político, os quais definem as prioridades das ciências. Nesse sentido, ele propõe o “[...] paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 2010/1987, p. 7), justificando-o através de quatro teses básicas:

I - todo o conhecimento científico-natural é científico-social;

II- todo conhecimento é local e total;

III- todo conhecimento é autoconhecimento;

IV - todo conhecimento científico visa a se constituir em senso comum.

Frente à necessidade de compreender os fenômenos relacionados às transformações sociais, tornou-se necessário debater as configurações familiares, a transmissão e a filiação na contemporaneidade. A complexidade da temática exigiu discutir sob a ótica da psicanálise o que vem sendo chamado de novas configurações familiares e parentalidade. Não se pretende neste artigo sustentar uma discussão acerca do conceito de família, e sim debruçar-se sobre a lógica que engendra as configurações familiares dos jovens, moradores de periferia, envolvidos ou não com a criminalidade, representantes das maiores taxas de homicídios do país.

Nesse sentido, a pesquisa *Adolescências e Leis* escutou 16 jovens de comunidades periféricas, envolvidos ou não com a criminalidade, acolhendo a complexidade de seus arranjos familiares através de uma metodologia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais intitulada *Narrativas Memorialísticas* (Guerra, Oliveira Moreira, Oliveira, & Lima, 2017). Solicitou-se aos jovens, homens e em sua maioria negros, de 15 a 29 anos¹, moradores da periferia de [Belo Horizonte], que contassem suas histórias de vida a partir de livre associação.

Ao pesquisador nessa intervenção coube o lugar de mediador simbólico, interferindo no texto produzido apenas na medida em que convida o sujeito a dizer e a prosseguir em seu discurso, sem direcionar suas falas (Guerra et al., 2017). Os jovens foram escutados em espaços socioeducativos ou em seus próprios territórios. Todas as Narrativas foram gravadas e entregues,

posteriormente, a artistas que realizaram obras a partir das histórias narradas. A devolutiva marca o momento final da pesquisa por meio do encontro entre os artistas, os jovens, as obras de arte que os representam e os pesquisadores. Pela arte, a trajetória de vida dos jovens é transformada em linguagem estética, devolvendo-os a humanidade perdida nos processos de alienação social e tocando a dimensão traumática de suas vivências.

Transmissão e Filiação Sob a Perspectiva Psicanalítica

As mudanças societárias nos modos e costumes referentes às composições familiares, modos de reprodução assistidos ou classificações de gênero suscitam questões acerca de como a filiação e a transmissão operam, na atualidade, no interior das “novas” configurações familiares. Questiona-se se são de fato “novas”, na medida em que a família permanentemente comportou variações em sua composição (Kehl, 2003). Cria-se o neologismo “parentalidade” que, social e legalmente, implica na indiferenciação sexual nas funções simbólicas materna e paterna (Brousse, 2010). Juridicamente, a família pode se compor de pessoas e pares nas mais variadas formas, e ainda a transmissão de bens pode alcançar modelos de heranças inusitados. O que parece restar como ordenador comum aos diferentes modelos idealizados de família são as relações simbólicas sobre as quais o papel primordial de transmissão da cultura se organiza (Miller, 2007), e o que resiste é a dimensão simbólica do desejo e da nomeação, assentada sobre uma medida de valor que localiza a criança.

Miller (2007) afirma que a família se instala no inconsciente, pois se configura como o lugar no qual a criança experimentou o perigo e teve a experiência de algo que lhe foi subtraído quando, como objeto, as substituições se realizaram em seu entorno. O objeto pode ser definido como “[...] um resto irreduzível à simbolização no lugar do Outro” (Lacan, 2005/1962-63, p. 359). Ele se articula ao falo simbólico, na medida em que o falo será a marca da ausência de um significante que nomeia e localiza o sujeito no campo do Outro, enquanto o objeto a, será “[...] o princípio que me faz desejar, que me torna desejoso de uma falta – falta que não é uma falta do sujeito, mas uma carência imposta ao gozo situado no nível do Outro” (Lacan, 2005/1962-63, p.359). Trata-se de uma espécie de lacuna que separa, no nível da satisfação, o desejo do lugar do gozo. Enquanto o primeiro abre a condição da satisfação, o segundo convida à repetição do mal-estar (Guerra & Souza, 2015).

No tocante ao objeto, a família se constitui como lugar do traumático, do atravessamento pulsional que rasga o tecido da linguagem. Ela tem origem no mal-entendido, na decepção, no abuso sexual ou no

crime. É o segredo, o não dito, o campo do gozo e do real que não se traduz, que configura, no final das contas, uma família (Miller, 2007). Nessa perspectiva, a família será marcada pelo que não se inscreve, seus segredos, seus traumas. É preciso um desejo particularizado e não anônimo (Lacan, 2003/1969) para que a família constitua o legado simbólico que vai ancorar a existência da criança e servir de subsídio para o adolescente se reinventar.

O mal-estar na civilização, de Freud (1976/1930), abre um horizonte analítico central em nossa discussão sobre os modos de transmissão e filiação contemporâneos: “[...] se assim abolirmos a família, célula germinal da civilização, não podemos, é verdade, prever com facilidade quais os novos caminhos que o desenvolvimento da civilização vai tomar” (Freud, 1976/1930, p.136). Mesmo que compreendamos as funções paterna e materna a partir de referentes simbólicos para tratar o real da transmissão intergeracional, acreditamos que as mudanças concretas nos circuitos familiares afetam os corpos e suas maneiras de conectarem-se com a língua e com os outros corpos. Em outras palavras, se cabe à família a função de transmitir a capacidade de desejar e de conferir um lugar na cultura, na comunidade dos homens, é necessário hoje entendermos como, diante das novas configurações familiares, a filiação e a transmissão se realizam. Se há algo de “novo” nessas configurações, nos parece dizer menos respeito ao desenho estático da família contemporânea e mais à sua lógica processual continuísta, na qual não há mais um núcleo articulador e gerador de unidade semântica, hipótese trabalhada neste artigo.

Nestes estudos nos perguntamos, especialmente quanto à adolescência, como o sujeito experimenta o limite do Outro – que, em psicanálise, podemos nomear como a castração do Outro – e, a partir de então, pode fazer sua alteração no mundo. Como “todo adolescente é um transgressor, e aí se experimenta” (Alberti, 2004, p. 24), aprendemos na prática com o adolescente autor de ato infracional a interrogar os modos usuais ou tradicionais de laço social, perguntando como a filiação e o nome hoje se transmitem.

Segundo Siqueira (2016), se o adolescente é levado a construir suas próprias referências, surge um problema quando as referências dos pais não se solidificam nem permitem sustentar novos caminhos construídos pelo sujeito. É preciso elaborar a ‘falha’ dos pais, pois, se isso não acontece, o sujeito pode se identificar com essas falhas. E “se há essa identificação é também para eximir os próprios pais da relação com a falha, o adolescente se dá em sacrifício para tapar a falha do Outro.” (Alberti, 2004, p. 41).

A falha na transmissão integral de um modo de viver pelo Outro evidencia uma situação estrutural: o gozo vivo do corpo, não integralizável pela linguagem, sempre força sua inscrição, ainda que parcial. Entre o corpo falado pelo Outro e o real do corpo falante que

insiste, cada sujeito se constitui em seu limiar. O modo como a língua se prende ao corpo não é, assim, uma questão de aprendizagem. Trata-se de um trabalho subjetivo que passa pelo Outro para operar uma solução além dele. O Outro não deixa de ter aí sua função.

O adolescente precisa receber do Outro a sustentação de uma pergunta sobre seu ser para constituir sua resposta adulta. Quando o Outro se silencia, ele se torna um monobloco sem nesgas, trincas ou rachaduras, a partir das quais o adolescente poderia ultrapassá-lo e se mirar. A referência à inexistência do Outro na pós-modernidade se articula àquilo que sustenta o véu que permitiria ao jovem se mover. Quando a criança é confrontada com a verdade nua e crua diretamente, pelo acesso irrestrito à informação, uma nova configuração de Outro parece se revelar. O que predomina parece ser a crença de que sua superação e tratamento radica em se deixar cair seus véus, restando os adolescentes na errância, desvelados.

O que opera, então, na lógica contemporânea de transmissão e filiação no interior das famílias? Para analisar esta questão, partiremos da discussão dos complexos familiares, tal qual Lacan (1987/1938) propõe, para, em seguida, analisarmos o que intitulamos como a lógica processual continuísta que se esboça através das Narrativas Memorialísticas dos jovens moradores de periferia.

A Matriz Edípica Freudiana e o Édipo Revisitado em Lacan

Sucintamente, podemos dizer que o Édipo lacaniano destaca a estrutura simbólica pertinente àquilo que se transmite na filiação familiar a partir da incidência do Nome do Pai sobre o desejo inconsciente da mãe, restando um tratamento da falta originária que se constitui da ocorrência traumática da linguagem sobre o corpo (Lacan, 1999/1957-1958). Essa estrutura, ternária em Freud (pai, mãe e filho) e quaternária em Lacan (Nome do Pai, Desejo da mãe, criança-enigma e significante fálico), atravessaria qualquer época e cultura, mostrando-se universal na singularidade com que incide em cada corpo. A composição de um desejo particularizado, como função materna, e uma lei de orientação ao desejo, como função paterna (Lacan, 2003/1969), abrem a condição de inserção de uma criança no mundo simbólico, evidenciando sempre um resto operatório de tradução como condição de estrutura da própria linguagem.

No complexo de Édipo, teríamos, segundo Birman (2007), a realização mais complexa da dimensão alteritária do sujeito e o prenúncio da eterna dívida simbólica para com o outro. Dívida que nunca poderá ser saldada, mas apenas transmitida. Assim, o Édipo representa a mais importante relação com as figuras de alteridade e o ponto decisivo na problemática moral. Será a cena edípica que

introduzirá o sujeito em uma história trágica onde ética e sofrimento se encontram enlaçando o sujeito na clínica em uma busca por respostas.

A distinção radical realizada por Lacan entre a família biológica e a estrutura cultural da família humana marca o afastamento da abordagem espontânea cuja composição familiar é determinada apenas pelo registro biológico (Zafirapoulos, 2002), sendo, portanto, de especial relevância a esta discussão. Ao indicar o desenvolvimento singular das relações sociais na espécie humana a partir da comunicação – destarte, da cultura – Lacan (1987/1938) coloca em relevo o enfraquecimento da tese do determinismo biológico e da existência de um instinto puro; de uma natureza intocada pela cultura da qual supostamente se poderia extrair qualquer função, como, por exemplo, a paterna. Em contraposição ao instinto encontra-se o conceito de complexo, construído essencialmente a partir do campo da cultura para propor uma teoria do desenvolvimento psíquico alinhada às formações sociais pela qual a estruturação subjetiva se organiza. Nesta perspectiva, toma-se por complexo uma forma imposta ao desenvolvimento capaz de fixar uma determinada realidade; um tipo de atividade propulsora de certas repetições de emoções e comportamentos frente às experiências que se apresentam (Miller, 2005). Porquanto, são três os complexos indicados por Lacan (1987/1938): o complexo de desmame, o de intrusão e o de Édipo.

Sumariamente, o complexo de desmame se refere à fixação no campo psíquico da relação que a criança estabelece com a alimentação nos primeiros meses de vida. Tal complexo institui a conexão estável e remota que liga o indivíduo à família e se refere à forma primordial da imago materna. O desmame é regulado não por uma função biológica, mas pelo condicionamento da cultura, cujo traço deixado no psiquismo é a marca da interrupção da relação estritamente biológica que promove, por consequência, a possibilidade de abertura ao laço social a partir da transposição da imago materna (Lacan, 1987/1938).

O complexo de intrusão articula-se à experiência em que o sujeito, diante do reconhecimento da presença dos irmãos, se vê obrigado a partilhar com seus semelhantes a relação doméstica. No complexo fraterno a imago corresponde ao outro, ao semelhante que passa a ser objeto das exigências da libido (Lacan, 1987/1938). Quanto ao complexo de Édipo cabe apenas apontar seu papel organizador na teoria do desenvolvimento, indicando que as perdas resultantes dos dois outros complexos só adquirem valor a partir da retroação edipiana, ou seja, só se organizam a partir da castração (Miller, 2005). A partir da teoria do desenvolvimento formulada por Lacan podemos, certamente, evocar a existência de três imagos: a materna, a do semelhante e a paterna.

Por que tal digressão? Para ressituar desde o ponto dos complexos que, à época, Lacan ainda não dispunha dos conceitos de simbólico, de significante e de estrutura (Miller, 2005), mas ao localizar a família paternalista no plano da história, já anunciava o declínio da imago paterna e, conseqüentemente, da família patriarcal como chave de leitura sócio clínica para a compreensão do mal estar atual. Entretanto, a leitura atenta da teoria dos complexos nos permite observar que Lacan – ao criticar os preceitos biológicos adotados por Freud para situar o lugar de destaque do pai – incorre justamente no retorno à biologia para assegurar a primazia da mãe e refundar as concepções do instinto de morte substituindo, portanto, a nostalgia do pai pela nostalgia da mãe (Zafiropoulos, 2002).

Por outro lado, Miller (2005) retoma os preceitos de Freud e Lacan ao abordar o fundamento biológico do complexo de desmame para nos advertir que ele posteriormente será articulado e inscrito pelo simbólico e que, apenas eventualmente, os complexos possuem uma relação orgânica. Parece-nos nesse momento menos interessante tratar da troca de figuras parentais e mais da abertura que se sucede. A saber, que a interdição – a lei – agenciada pelo pai na teoria freudiana se faz refém da concepção universal de um Édipo restrito a um imaginário a-histórico da família enquanto instituição. Em oposição a isso, Lacan retoma a teoria do complexo de Édipo a partir das ciências sociais, de Melanie Klein, Durkheim e da antropologia freudiana da família para realocar a atividade materna como fonte da repressão sexual e resgatá-la na organização dos matriarcados, bem como para desmistificar a dominação masculina e sua hegemonia no que diz respeito à castração (Zafiropoulos, 2002). Retomando o complexo de Édipo enquanto chave de leitura clínica é possível indicar, conforme elucida Zafiropoulos (2002), que ele não está posto a priori como universal, mas como relativo e interdependente do funcionamento familiar que é determinado pela evolução sociohistórica da sociedade. Disso, podemos extrair que os antecedentes narcísicos do complexo de Édipo não se produzem isolados da relatividade sociológica e que, se à figura do pai é atribuída a função da repressão e da sublimação, é, mormente, pela configuração paternalista de família vigente no plano social das relações.

Por fim, ainda com o autor é possível lermos que a relativização histórica do Édipo denota o enfraquecimento da sua universalidade, produtividade cultural e subjetiva, encerrando a clínica do ideal matizada pela apoteose do pai. Também é indispensável destacar que as regras de caráter familiaristas dedutíveis do texto de 1938 serão posteriormente substituídas por Lacan pelas regras simbólicas da linguagem, o que nos permite repensar a função do pai a partir da categoria psicanalítica do Nome-do-pai e, posteriormente, a partir de suas declinações através das figuras do deus gozador, do mestre

castrado e do pai do nome, que não serão aqui desdobradas. Interessa-nos apenas evidenciar uma nova lógica de agenciamento familiar.

A Lógica Continuista Processual

A desfiliação tem sido uma lógica presente na vivência dos jovens, principalmente daqueles moradores de periferia, cujas configurações familiares refletem as marcas de violências, abandono e negligência de direitos. A partir da psicanálise, podemos nos perguntar como se dá, no interior desses contextos, a transmissão simbólica de um nome e de um lugar social. Como pode um desejo que não seja anônimo fazer funcionar uma presença no laço social garantindo a filiação e a transmissão? Como pensar a filiação e a transmissão diante de trajetórias de vida marcadas por contínuos deslizamentos dos sujeitos sob os mais diversos modos de configurações familiares? Estaríamos diante de uma nova condição estrutural da família, ou, ainda, diante de novas formas de filiação e de transmissão? Nesse caso, quais seriam os elementos de sua lógica? Ao longo da escuta das Narrativas, uma dinâmica processual de constituição familiar se esboçou regida por uma lógica descontínua, dispersa, múltipla, mas que ainda assim opera uma transmissão.

Cabe ressaltar que este artigo nasce da dificuldade dos pesquisadores em nomear a configuração familiar dos jovens, a partir de um movimento que visava, primeiramente, apenas compilar os dados para a criação de um banco que facilitasse o acesso a informações básicas, como: sexo, idade, cor, endereço, configuração familiar. O curso da pesquisa evidenciou uma impossibilidade de registrar de maneira estática cada configuração familiar, dado que se tratava de arranjos que se modificavam ao longo da trajetória do adolescente. Notava-se, assim, não ser possível atribuir uma única composição ou organização para grande parte das famílias dos jovens.

A justiça brasileira, respaldada sobre a Constituição Federal (Brasil, 1988), coloca homens e mulheres em pé de igualdade em relação aos cuidados e responsabilidades familiares, reconhece a união estável, o divórcio e a comunidade formada por qualquer dos pais e descendentes como entidades familiares. A família homoafetiva é aceita no ordenamento jurídico, embora não esteja descrita no texto constitucional, e a legislação brasileira não adota nomenclaturas específicas às configurações familiares. Entretanto, isso não impossibilita o reconhecimento delas perante a justiça.

Desta forma, apostando no bom uso dessas nomenclaturas para ilustrar as lógicas de composição familiar que circunscrevem as trajetórias de vida dos jovens, optou-se por adotar as seguintes nomeações: família matrilinear; família patrilinear; família

fratenuclear; família nuclear; família estendida, representando, respectivamente, composições familiares referenciadas diante da figura materna; paterna; de um ou mais irmãos; do pai e da mãe; de avós, avôs, tios ou primos, parentes de 2º e 3º grau. Vejamos como se apresentam essas configurações:

D1⁽²⁾, 17 anos, viveu grande parte da infância e adolescência em um lote onde habitava com sua família estendida materna, incluindo pais, avós, tios e primos. Os pais se separaram durante sua infância e seu pai, "revoltado com a separação⁽³⁾", abandonou a família. A mãe de D1 cuida do filho durante a infância, mas também o abandona no período da adolescência alegando que ele "aprontava muito", fazendo valer suas ameaças de que, se o filho não largasse o crime, ela iria sumir. O jovem passa a viver sob os cuidados da avó e, depois de três anos, sua mãe retorna à casa. A trajetória de D1 comporta ao menos três arranjos familiares: família nuclear, estendida e matrinuclear.

L. vivia com os pais e com a irmã mais velha. Quando tinha três anos a mãe os abandonou depois de se separar do pai. L. passa a ser criado pelo pai e por sua avó. A mãe retorna à casa e, mesmo afastada por um período, ainda ocupa para o filho uma posição de cuidado determinante. Não fica claro em seu relato se o jovem volta a morar com a mãe quando ela retorna. Nesta narrativa, ao menos dois arranjos familiares se evidenciam. Primeiramente, uma família nuclear e mais tarde uma família patrinuclear que conta com o apoio marcante da família estendida na criação de L., sendo a avó uma referência feminina presente.

J. morava primeiramente com os pais. Na adolescência, ao se envolver com o crime, passa a morar com o primo e, atualmente, reside novamente com os pais. Em sua trajetória, o jovem transita entre configurações familiares nuclear e estendida, assim como L., que, diante do histórico de uso de drogas dos pais, passa a viver com a avó.

P., ao ser abandonado pelos pais com 13 anos, passa a morar com um amigo, e, posteriormente, com o irmão mais novo. Atualmente com cerca de 20 anos, reside com os irmãos e a mãe, sendo o jovem e sua irmã mais velha os responsáveis pelo lar. Ao menos três arranjos familiares se configuram ao longo de sua história. Assim como na trajetória de K., que viveu durante sua infância com a mãe e saiu de casa alegando que o modo como ela o criava "não era o certo⁽⁴⁾". A mãe lhe batia muito, "não sabia conversar"⁵. Sendo assim K. vai morar com a avó, mas ela não aceita o fato dele fumar maconha, o que faz com que o jovem vá morar com o pai e com a madrasta, ambos usuários de droga. Diante dos transtornos ocasionados pelo uso das drogas, K. sai da casa do pai e vai morar na rua.

P2 viveu uma pequena parte de sua infância com a mãe e o padrasto, que não o "aceitavam⁽⁶⁾". Ele é entregue pela mãe aos cuidados da

avó ainda quando criança. Após a morte da avó, P2 volta a morar com a mãe, porém, cansado dos mal tratos que ali sofria, resolve sair de casa. Posteriormente, P2 é adotado informalmente por uma família e levado para o interior, onde também sofre maus-tratos. Decide fugir e morar em um depósito. Neste lugar conhece um amigo e a família deste o acolhe. O envolvimento de P2 com as drogas também o leva a fugir dessa casa. P2, portanto, transita entre configurações familiares: nuclear, estendida, adotiva e vida nas ruas.

Por fim, temos o caso de L.H., que transita em uma configuração familiar nuclear. Entretanto, um diferente arranjo se configura a partir do abandono do pai, que passa a morar com sua outra família. Nesse contexto, a mãe assume os cuidados dos filhos e da casa.

Estas Narrativas, descritas com maior riqueza de detalhes, são aquelas que se configuram a partir da lógica continuísta processual, hipótese trabalhada neste artigo. Outros oito jovens participaram da pesquisa e os seus arranjos familiares também se encontram descritos na Tabela 1. Os casos que abarcam a lógica continuísta processual são mostrados através de setas, seguindo a ordem cronológica dos arranjos familiares na vida dos jovens.

Tabela 1
Disposição das Lógicas Processuais de Configuração Familiar de Jovens Participantes da Pesquisa

Entrevistado	Idade	Configuração Familiar
G.	17	Família Estendida
D1.	17	Família Nuclear -> Família Estendida -> Família Nuclear Matrinuclear
L.	18	Família Nuclear -> Família Patrinuclear & Família Estendida (L. é criado pelo pai e pelos avós que vivem na mesma casa)
J.	18	Família Nuclear -> Mora com o amigo -> Família Nuclear
I.	19	Família Nuclear -> Família estendida
Magrinho	19	Família Nuclear
D2.	20	Família Nuclear
P.	20	Família Nuclear -> Mora com um amigo -> Família Fratenuclear
A.	29	Família Nuclear
K.	18	Família Matrinuclear -> Família estendida -> Família Patrinuclear-> Vida nas ruas
J.	28	Família Nuclear
L.H	18	Família Nuclear -> Mora com o pastor -> Família Nuclear Matrinuclear
C.	17	Família Nuclear
J.	38	Família Nuclear
P.2	Idade não informada pelo jovem	Família Nuclear -> Família estendida -> Família Nuclear -> Família adotiva -> Vida nas ruas
J.H.	34	Família Matrinuclear

Considerações Finais

Todo sujeito precisa ser adotado para se tornar filho, herdeiro de uma história, inscrito em um ordenamento em que, para além do desregramento pulsional e da nova ordem plural e multirreferencial do mundo contemporâneo, seja acolhido e inserido no pacto civilizatório. Lacan (2003/1969) fala da “[...] função de resíduo

exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal” (p.369) e “[...] destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (Lacan, 2003/1969, p. 369).

Para que a operação de localização no campo do Outro e de nomeação se realize é preciso um sujeito desejante que acolha e adote uma criança, não importando, obviamente, a estrutura familiar a ela correlata, dado que essa é uma operação simbólica que pode ser exercida por diferentes pessoas. As famílias, nessa perspectiva, funcionam “[...] na condição de abrigo de uma língua em que se estabelece a rotina necessária para que se elabore uma história e se invente uma posição subjetiva” (Lacadée, 2006, p. 39). Nota-se, a partir da escuta das Narrativas Memorialísticas, que uma transmissão opera a partir da lógica referencial, processual e múltipla de configuração familiar. As passagens dos jovens por diversas configurações inscrevem marcas em suas constituições subjetivas.

Diante do deslizar contínuo dos jovens por diversas configurações familiares – ora compostas pelos pais biológicos, ora por avós, vizinhos, pastores de igrejas, chefes do tráfico – é desafiador distinguir as figuras que, de fato, compõem o que se nomearia como o núcleo familiar destes sujeitos e como a transmissão opera caso a caso. Várias dessas figuras cumprem papel de transmissão, cuidado e filiação, mas poderiam ser nomeadas como membros da família? O contrário são familiares, mas cumpriram alguma função de transmissão?

O esforço de elaboração permanente do sujeito para prover uma solução face às contingências familiares e estruturais de sua história chama atenção aos pontos de repetição, aos enodamentos pulsionais que perpassam este movimento no qual o jovem se lança, ou é lançado, na busca por um lugar de desejo no campo do Outro capaz de operar uma transmissão, nomeada neste artigo como lógica continuísta processual de configuração familiar.

Nossos achados indicam a necessidade de avanços a fim de precisar como opera essa lógica. Aponta-se a necessidade de escutar uma vez mais esses sujeitos acerca dos modos como eles nomeiam suas famílias e ali são nomeados, e como se configura o que pode ser tomado na qualidade de membros que as compõem. Debruçar-se sobre os estudos das famílias desses jovens e sobre as lógicas pulsionais inconscientes que as sustentam é tarefa de extrema importância, na qual a psicanálise pode colaborar ao lado dos estudos clássicos da antropologia e da sociologia, fazendo avançar a discussão no interior do próprio campo da psicanálise.

Considerando, em primeiro plano, o estigma de culpabilização que muitas dessas famílias carregam em função do “mal comportamento”

de seus filhos, evitamos cair, mais uma vez, nas armadilhas do mito da "família desestruturada", o que retira das mãos do Estado parte de sua responsabilização perante esses jovens sujeitos. É preciso fazer frente a qualquer mito de generalização e enquadramento acerca do que seria uma família ideal, para que assim seja possível considerar e acolher a singularidade que envolve as lógicas de cada família em diferentes tempos históricos e em diferentes situações contingentes, bem como ampliar as possibilidades de respostas dos sujeitos diante de um destino que lhes é imposto.

Longe de buscarmos novos nomes para explicar da mesma maneira novos fenômenos, supomos haver uma mudança na lógica do funcionamento familiar que acompanha e determina uma mudança de funcionamento estrutural da sociedade. Uma lógica que é também descontínua, dispersa e múltipla. Haveria, pois, não uma nova configuração familiar ou nova parentalidade, mas uma lógica continuísta de agenciamento simbólico sobre o real e o imaginário familiar. Para concluir, lançamos a hipótese de que o efeito da lógica continuísta é a descontinuidade e a dispersão de fórmulas de transmissão que convivem de maneira múltipla e sem centralidade no interior de cada família e, conseqüentemente, de cada arranjo societário. Futuro a descortinar.

Referências

- Alberti, S. (2004). *O adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Birman, J. (2007) *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Ed. 34.
- Brasil. (2013). *Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm
- Brousse, M. H. (2010). Un neologismo de actualidad: la parentalidad. In M. Torres, J. Faraoni, & G. Schnitzer (Orgs.), *Uniones del mismo sexo: Diferencia, invención y sexuación* (pp. 139-148). Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Freud, S. (1976). O mal-estar na civilização. In *O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos: Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 21, pp. 81-171). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930[1929]).
- Guerra, A. M. C., & Souza, M. B. (2015). A família na psicanálise: considerações para as políticas de assistência social. In Guerra et al. (Orgs.), *Violência, Território, Família e Adolescência*:

- contribuições para a Política de Assistência Social* (pp.135-167. Belo Horizonte: Scriptum.
- Guerra, A. M. C., Oliveira Moreira, J., Oliveira, L. V., & Lima, R. G. (2017). The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. *Psychology*, 8(8), 1238-1253. doi:10.4236/psych.2017.88080
- Harvey, D. (1992). *Condição pós moderna*. São Paulo: Edições Loyola. (Obra originalmente publicada em 1989).
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia* (pp. 163-176). Rio de Janeiro: Imago.
- Lacadée, P. (2006). A modernidade irônica e a cidade de Deus. *Curinga*, (23), 35-54.
- Lacan, J. (1987). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em Psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1938).
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1957-1958).
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In *Outros escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1969).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1962-1963).
- Miller, J.-A. (2005). Leitura crítica dos "Complexos familiares", de Jacques Lacan". *Opção Lacaniana Online*, 42(2). Recuperado de <http://www.opcaolacaniana.com.br/antigos/n2/pdf/artigos/jamleitura.pdf>
- Miller, J.-A. (2007). Assuntos de família no inconsciente. *Asephallus - Revista eletrônica do Núcleo Sephora*, 2(4). Recuperado de www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_01.htm
- Morin, E. (1983). *Problema epistemológico da complexidade*. Portugal: Europa-América.
- Siqueira, F. G. (2016). *Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Santos, B.S (2002). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B.S. (2010). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento. (Obra original publicada em 1987)
- Stengers, I. (1990). *Quem tem medo da ciência: ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano.

Zafiropoulos, M. (2002). *Lacan y las ciencias sociales: La declinación del padre (1938-1953)* (pp. 27-58). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.

Endereço para correspondência

Andrea Máris Campos Guerra

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Avenida Antônio Carlos, 6627, sl 4030, Pampulha, CEP 31270-901, Belo Horizonte - MG, Brasil

Endereço eletrônico: andreamcguerra@gmail.com

Jacqueline de Oliveira Moreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Avenida Dom José Gaspar, 500, Coração Eucarístico, CEP 32630-000, Belo Horizonte - MG, Brasil

Endereço eletrônico: jackdrawin@yahoo.com.br

Amanda Lessa Malta

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Avenida Antônio Carlos, 6627, sl 4030, Pampulha, CEP 31270-901, Belo Horizonte - MG, Brasil

Endereço eletrônico: amandalmalta@gmail.com

Leandro Galhardo

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Avenida Antônio Carlos, 6627, sl 4030, Pampulha, CEP 31270-901, Belo Horizonte - MG, Brasil

Endereço eletrônico: leandrogbpsi@gmail.com

Recebido em: 01/02/2019

Aceito em: 16/04/2019

Notas

* Professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq com pesquisa intitulada "Adolescências e Leis" financiada pelo Edital Universal 01/2017 da FAPEMIG.

** Professora da Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Mestre em Filosofia pela UFMG. Psicanalista. Bolsista Produtividade CNPq PQ2. Projeto Aprovado APQ-02862-17 – Edital Universal FAPEMIG.

*** Graduada em psicologia, com ênfase em Processos Clínicos, pela Universidade Federal de Minas Gerias. Mestranda na mesma instituição através de programa de pós-graduação em psicologia; Área de concentração: estudos psicanalíticos. Membro do Núcleo de Pesquisa PSILACS – Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo da Universidade Federal de Minas Gerais.

**** Graduado em Psicologia com ênfase em processos clínicos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Núcleo de Pesquisa PSILACS – Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Seguindo a distribuição etária proposta pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), diferenciando-os entre: jovens adolescentes (15-17 anos); jovens (18-24 anos) e jovens adultos (25-29 anos).

² Siglas foram adotadas para preservar a identidade dos jovens participantes da pesquisa.

³ Trecho extraído da entrevista concedida por D1

⁴ Trecho extraído da entrevista concedida por K.

⁵ Trecho extraído da entrevista concedida por K

⁶ Trecho extraído da entrevista concedida por P2.

Financiamento: Edital 01/2017, Demanda Universal FAPEMIG.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.